

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 538.178 - SP (2019/0302032-5)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
IMPETRANTE : LUCIMAR ROSARIO LEAL
ADVOGADO : LUCIMAR ROSÁRIO LEAL - RJ187257
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : RICARDO DAGORT DA SILVA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de RICARDO DAGORT DA SILVA contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (HC n. 2174792-35.2019.8.26.0000).

Consta dos autos que o Juiz da execução indeferiu pedido de saída temporária em favor do ora paciente.

Inconformada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante a Corte estadual. O Tribunal, contudo, julgou uma parte da ordem prejudicada, outra denegada, conforme seguinte ementa (e-STJ fl. 14):

HABEAS CORPUS - Execução penal - Impetração objetivando o direito a gozo de saídas temporárias - No que tange a saída temporária atinente ao dia dos Pais, constata-se que a data fora superada, perdendo-se o objeto da impetração neste ponto - Em relação à saída temporária relativa ao dia das crianças - Decisão do Juízo da execução devidamente fundamentada - Crime grave de cunho sexual - Ordem prejudicada em parte e, na outra, denegada.

Nesta oportunidade, a defesa sustenta que o paciente preenche os requisitos previstos no art. 123 da LEP para a concessão à saída temporária referente ao dia das crianças: já cumpriu 1/3 da pena, fazendo jus, inclusive, ao livramento; foi progredido, em 3/5/2019, ao regime semiaberto; ostenta bom comportamento carcerário; trabalha e faz leituras, de modo que conquistou 74 dias de remição; tem plano familiar de estar perto da esposa, filhos e pais.

Frisa que o dispositivo em comento não restringe o deferimento em caso de prática de crimes graves ou com longa pena a cumprir.

Superior Tribunal de Justiça

Ainda que restringisse, o crime praticado é comum e não se reveste de violência ou grave ameaça à pessoa.

Alega que o sentenciado foi, inclusive, incluído na lista de saída temporária elaborada pela direção do estabelecimento prisional, com parecer favorável, em razão tanto do dia dos pais (prejudicado) quanto do dia das crianças.

Ressalta, por fim, que o exame criminológico realizado recentemente também foi favorável à concessão do benefício.

Diante do exposto, pede, em liminar e no mérito, a concessão do benefício da saída temporária por ocasião do dia das crianças.

É o relatório. **Decido.**

A liminar em recurso ordinário em *habeas corpus*, bem como em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto na impetração.

Em um juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Consta dos autos que o paciente, após o delito referente a este *mandamus*, praticou outro crime, de mesma tipificação, tendo sido condenado em de 2014 (e-STJ fls. 17 e 28).

Assim, não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos, para se aferir a existência de constrangimento ilegal.

Ademais, a medida antecipatória postulada confunde-se com o próprio mérito da impetração, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo do *habeas corpus*.

Superior Tribunal de Justiça

Ante o exposto, **indefiro** a liminar.

Encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator

